

**OS PERIÓDICOS EDITADOS PELA DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO
PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E O IDEAL DE DEMOCRACIA
(1930-1931)¹**

**THE JOURNALS PUBLISHED BY THE GENERAL BOARD OF DIRECTORS OF
PUBLIC INSTRUCTION (*DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA*) FROM
THE STATE OF SÃO PAULO AND THE IDEALS OF DEMOCRACY (1930-1931)**

Rita de Cássia Souza Spíndola
Alessandra David

PPGE -Centro Universitário Moura Lacerda- CUML
ritaspindola14@hotmail.com
davidalexandra@uol.com.br

Rua Rui Barbosa, 790 – ap. 2.004
Ribeirão Preto – SP
CEP 14.015-120

Apoio: PROSUP/CAPES

Resumo

Este trabalho faz parte da linha de pesquisa Currículo, Cultura e Práticas Escolares e está inserido na sublinha História da Educação e Currículo, sendo parte de dissertação defendida. É resultado da análise dos periódicos editados pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo, entre os anos de 1930 e 1931. Tem como metodologia de pesquisa o método histórico e a análise documental. Sabendo-se da importância que esses periódicos tiveram como veículo de expressão dos líderes e dirigentes do ensino público paulista, bem como, de elemento divulgador das concepções que definiam o pensamento pedagógico do movimento escolanovista, intentou-se, com esta análise, entender quais processos historicamente instituídos permearam a ideologia concebida e articulada nesses periódicos educacionais, a fim de identificar a concepção do ideário democrático veiculado nesse período, por meio da análise dos artigos neles contidos. Assim, pode-se dizer que o termo democracia percorreu ideias que incitavam patriotismo, nacionalismo e erradicação do analfabetismo, passando por escola para todos, autonomia didática, modo de vida em consenso, transbordando para questões que transitavam entre o político e o público. O ideal democrático instalou-se numa polarização de ideias com vistas à legitimação de poderes, com os espaços íntimos sendo conquistados em nome de ideais maiores. Pretendeu-se, com esta pesquisa, buscar entendimentos sobre o ideário democrático no campo educativo, que possivelmente vieram a impregnar o processo de democratização do ensino brasileiro ao longo dos tempos. Observa-se que as disputas, entre os anos 1920 e 1930, permeadas pelo ideário democrático defendido pelo movimento escolanovista, transformaram-se, ao longo das décadas seguintes, em mera democratização do sistema e na universalização do ensino.

Palavras chave: Periódicos Educacionais; Escola Nova; Democracia.

¹ Trabalho apresentado no X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Curitiba, na PUC/PR, no período de 25 a 28 de agosto de 2014.

Abstract

This paper is part of the research line ‘School Curriculum, Culture and Practices’ and it is inserted in the sub-line ‘History of Education and Curriculum’, being part of the defended thesis. This is the result of the analysis of the journals edited by the Board of Directors of Public Instruction (*Diretoria de Instrução Pública*) from the state of São Paulo, between 1930 and 1931. Its research methodology is the historical method and the analysis of documents. Knowing the importance of these journals as a medium of expression for the leaders of the public schools in the state of São Paulo, and also as the element that promoted the conceptions which defined the pedagogical thoughts of the New School movement, this analysis tried to understand which processes, historically established, were inserted into the conceived ideology from these educational journals, in order to identify the conception of the democratic ideology expressed in this period, through the analysis of the articles published there. Thus, we can say that the word democracy was present in ideas which motivated patriotism, nationalism, illiteracy eradication, going through school for everyone, teaching autonomy, way of life as a consensus, and going into issues that were between what is political and what is public. The democratic ideal was set up in a polarization of ideas aiming at the legitimacy of the powers, with intimate spaces being conquered on behalf of larger ideals. This research placed special emphasis on understanding the democratic ideology within the educational field which probably impregnated the democratization process of the Brazilian education along the years. It is possible to observe that the disputes between 1920 and 1930, permeated by the democratic ideology defended by the New School movement, were transformed along the following decades into a mere democratization of the system and universalization of education.

Keywords: Educational Journals; New School; Democracy.

As revistas pedagógicas publicadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública veiculavam os conhecimentos dos grupos envolvidos na estruturação da educação paulista no período estudado. Tal fato se estabelecia na hegemonia desses conhecimentos e na legitimação da autoridade da comunidade que dirigia os órgãos de imprensa de então. Os periódicos analisados nesta pesquisa foram editados por essas entidades, entre os anos de 1930 e 1931. Mais especificamente, examinamos a revista *Educação*, resultado da fusão da *Revista Escolar* com a *Revista da Sociedade de Educação*, que abordava questões sobre métodos de ensino e debates sobre a temática intitulada “A Escola Paulista”. A partir de outubro de 1930, esse periódico passou a se denominar *Escola Nova* e figurou como divulgador do movimento escolanovista e também como relator de programas escolares, testes e reforma escolar. Sua publicação se encerrou em julho de 1931; dessa circunstância deriva o período analisado (1930-1931).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar como o termo *democracia* era veiculado nos artigos que compõem esses periódicos, ou seja, analisar numa perspectiva

histórica o ideal de democracia que permeou a mentalidade do professorado paulista nos anos acima mencionados. Os artigos foram selecionados ou por conterem a palavra *democracia*, no título do mesmo, ou se, possivelmente remetessem à temática estudada.

A metodologia utilizada segue o método histórico e a análise bibliográfica e documental. As fontes pesquisadas foram coletadas no acervo pertencente à escola estadual Caetano de Campos, que estão armazenadas no Memorial Centro de Referência em Educação Mário Covas, na cidade de São Paulo/SP, e na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/SP.

Na análise dos artigos existentes em tais periódicos procuramos identificar o ideal democrático que os mesmos carregam, pautado na importância que esses tiveram como veículo de expressão dos líderes e dirigentes do ensino público paulista, bem como, de elemento divulgador das concepções que definiam o pensamento pedagógico do movimento escolanovista. (CUNHA, 1995, p.28) É necessário pensar e identificar quais correntes de pensamento foram determinantes no processo de constituição da educação brasileira e que nortearam a formação dos educadores nesse período histórico.

Portanto, o estudo historiográfico dos periódicos sustenta a compreensão das questões históricas, políticas e até mesmo da práxis pedagógica utilizada pelos educadores de então.

1 - Periódicos Educacionais: organização e legitimação da educação brasileira

Entre os anos finais do século XX e os iniciais do século XXI, notáveis e expressivos estudos acerca da imprensa periódica educacional brasileira se intensificaram e permitiram melhor compreender o processo de organização e legitimação da educação brasileira. Catani e Bastos (2002), na apresentação da obra “Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação,” destacam a imprensa educacional como um guia prático do cotidiano educacional e escolar, sendo para o pesquisador elemento evidenciador do pensamento pedagógico de uma época, partindo da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas discutidos dentro e fora do universo escolar.

Ao se referir ao uso da análise de periódicos, Nóvoa (2002, p.31) destaca:

Assinale-se, por último, a forma, como uma análise do Repertório pode favorecer uma dinâmica de renovação conceptual e metodológica em História da Educação. Assiste-se hoje em dia ao ressurgimento de uma “história intelectual” solidária de um pensamento cultural crítico; já não se trata de reconstruir as ideias dos pensadores do passado, mas antes de as interrogar a partir de um diálogo com o presente e de compreender as funções que desempenham como linguagens de poder.

Por sua vez, Caspard e Caspard (2002, p. 45-46) atribuem às revistas de ensino papel revelador, formador e reflexivo das práticas escolares, servindo significativamente como elemento observador dos movimentos sociais e de formação:

[...] fazer análise qualitativa mais detalhada do conteúdo das principais revistas em questão; levar em conta as centenas de revistas que, a partir de uma outra visão não educativa – administrativa, sindical, cultural –, concorreram de maneira mais ou menos importante para formar e refletir as práticas de ensino; obter uma perspectiva comparativa, enfim, que permita dar início à separação entre o que, nessa história da imprensa, se destaca para os contingentes nacionais ou para problemas comuns da formação de professores, no plano internacional. No entanto, da forma que se apresenta, o esboço pode contribuir para uma história da formação, procurando identificar melhor, ao mesmo tempo, os atores e os objetivos visados, em função da conjuntura não somente pedagógica, mas também social, técnica ou política. Abundante e diversa, a imprensa pedagógica é um *mídia* muito mais interativo que os tratados ou os manuais e dessa maneira constitui um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação.

Diante de tais argumentações pretendemos visualizar nas análises dos periódicos editados pela Diretoria Geral de Instrução Pública do estado de São Paulo, os processos de organização e legitimação do ideário democrático da educação brasileira. Para tanto nos apoiamos em Bastos (2002, p. 185), que considera que:

A partir de 1930, amplia-se o debate pedagógico e com ele a preocupação com a divulgação das ideias em questão, ocorrendo um grande impulso de publicações pedagógicas, com a edição de livros, inúmeras revistas e boletins especializados. MONARCHA (apud BASTOS) afirma que “a partir do final dos anos 20, os educadores profissionais transformaram-se em publicistas pedagógicos preocupados com a construção nacional.” Esta ampliação das publicações pedagógicas está no debate político-ideológico entre pioneiros e católicos.

Assim sendo, constatamos que as revistas pedagógicas veiculavam os conhecimentos que circulavam na estruturação da educação paulista. Tal fato se estabelecia na hegemonia desses conhecimentos e na legitimação da autoridade dos grupos que dirigiam os órgãos de imprensa.

2 - Ano de 1930

A partir dessa década a oligarquia agrária entrou em profunda crise, tanto econômica quanto política, especialmente com a chegada de Getúlio Vargas ao governo provisório (1930-1937). Havia um outro projeto de reconstrução nacional, por meio da reconstrução educacional. A educação do povo era vista como um dos principais instrumentos para a

efetivação desse projeto rumo à modernização e ao progresso do País. Nesse contexto, a democracia ocupou um espaço privilegiado de discussão nos periódicos educacionais, como podemos averiguar pelos artigos abaixo relacionados.

Em discurso nomeado “Sete de Setembro,” proferido na sessão cívica da Escola Normal realizada no Polytheama de Taubaté, no dia 7 de setembro 1929, e publicado no periódico *Educação* (1930), o professor João Severino Villela, adjunto do Grupo Escolar Dr. Pereira de Barros e docente de Português da Escola Normal Livre de Taubaté, utilizou os termos “a ideia democrática” e “democracias americanas” associando-os à ideia de liberdade e independência política, e ideia republicana e de autonomia política, respectivamente:

Partira D. João VI para Portugal e deixara cantando no ouvido de um príncipe moço e ambicioso essas palavras [...] em vista dos movimentos revolucionários que se vinham observando, era intuitivo para o espírito menos clarividente, que se formára a consciência nacional, e nella, mais que a idéa de separação, se desenvolvera e se firmára a idéa de liberdade, a idéa democrática, a idéa republicana [...] (VILLELA, 1930, p.46).
[...] a independência se fez, porque o povo brasileiro queria, exigia, impunha a sua autonomia politica, e a vontade popular se tornara torrente bravia, tumultuosa, irreprimível, e se D. Pedro não se tivesse erigido um throno, teríamos tido a Republica em 1822, porque a monarchia era planta exótica entre as democracias americanas (VILLELA, 1930, p.47-48).

Como se pode perceber, o autor descreveu a independência brasileira como algo que aconteceu para impedir que a república se estabelecesse em 1822, pois assim era a vontade pública, perpetuando então o império Bragantino e levantando o questionamento: “*Será o Brasil uma nação livre e independente?*”, referindo-se à elevada taxa de analfabetismo existente na época. Posicionou o magistério primário como um sacerdócio evangelizador da religião da Pátria para o civismo, para a moral e para o trabalho (VILLELA, 1930).

O periódico *Educação* (1930), em seu volume XI, nº 2, de maio, na seção “Atraves de Revistas e Jornaes”, apresenta o artigo “A Escola Paulista IV”, escrito por Sud Mennucci, então membro da Sociedade de Educação. Sud Mennucci defendeu o “methodo analytico”, fortemente evidenciado na III Conferência Nacional de Educação, ocorrida em setembro de 1929, afirmando que seu uso nas escolas paulistas pertencia à “técnica activa”, expondo os baixos investimentos dedicados à educação nesse Estado:

Urgia uma medida, ou antes e melhor, uma serie de providencias que se não parecessem nada com as tiradas declamatórias dos inovadores. Acima da qualidade do ensino, estava, por elementar raciocínio democrático, a sua quantidade. Não podíamos adoptar systemas educativos que exigissem organização de classes com menos de 40 alunos, nem tampouco que trouxessem como consequência o emprego de mais de um professor para

cada classe. E o typo de ensino a ser ministrado devia caracterizar-se pela facilidade de sua aquisição em aulas conjuntas, como ensino colectivo. O lemma era e ainda é: o maior resultado dentro do menor espaço de tempo e do menor gasto possível (MENNUCCI, 1930, p.244).

Esse artigo apresenta apenas um fragmento das discussões ocorridas entre Sud Mennucci e Renato Jardim, cujo pano de fundo era o movimento escolanovista, defendido por Renato Jardim e criticado por Sud Mennucci, daí a expressão “*por elementar raciocínio democrático*”, como mostra Nery (s/d, p.3):

Está neste ponto todo o cerne da problemática. Por trás da discussão do método analítico estava a questão do escolanovismo. Claramente defendido por Renato Jardim era, por sua vez, criticado por Sud Mennucci e por uma gama do magistério público paulista. Mennucci não aceitava ser chamado de tradicionalista, uma vez que se considerava adepto do que ele chamou de “escola dinâmica”. Em todo o debate os argumentos sempre dirigem-se para a Escola Nova.

Outro artigo, nesse mesmo volume, chama atenção pela inferência ao termo democracia. O artigo trata da fundação do Centro do Professorado Paulista, ocorrida em 19 de março de 1930, e traz alguns artigos do estatuto, dentre eles o artigo 8º, que estabelecia como presidente honorário da associação o “*Director Geral da Instrução Pública*”. Compondo a diretoria estavam Cymbelino de Freitas (presidente) e Armando Gomes de Araujo (vice presidente), membros da Sociedade de Educação. Também recomendava, aos professores que ainda não aderiram ao Centro, a leitura da “oração” escrita pelo professor Sud Mennucci:

[...] Quarenta annos de democracia sem uma única manifestação veemente, categórica, formal que pudesse considerar-se a expressão de uma vontade firme, disposta a fazer-se ouvir” [...] faltava no magistério paulista o legitimo órgão [...] é apenas a associação de classe que, se não puder ser, dentro da indiferença, da apathia ou da preguiça geral, a maioria das opiniões, seja comtudo, uma forte corrente de opinião, ponderável pelo seu volume, respeitável pelo seu bom senso, acatável pelo seu patriotismo. [...] um Centro do Professorado Paulista não deve ter nem côr politica, nem côr religiosa. [...] a religião ou a politica lhe restringiriam o campo de acção e o campo de influencia (MENNUCCI, 1930, p.120-122).

O termo “*Quarenta annos de democracia*” refere-se ao tempo em que foi instituída a república brasileira, ou seja, a referência ao termo democracia está relacionada ao direito ao voto. Contudo, é importante salientar que a fundação do Centro do Professorado Paulista ocorreu a poucos meses da oficialização da “Revolução” de 1930, e mesmo que timidamente, nesse pronunciado de Sud Mennucci, o termo democracia sugeria a manifestação da classe professoral:

A generalidade [...] era a tônica das diversas propostas políticas, que variavam desde a defesa do voto secreto [...] até os pronunciamentos em prol das leis sociais. [...] o próprio termo “democracia” tinha uma conotação muito particular, uma vez que definia na ótica das propostas uma dada posição de partido – o Partido Democrático. [...] essa qualificação da democracia ajuda a perceber a própria dimensão que era dada ao conceito, [...] pois tanto a proposta do PD quanto as respostas políticas dos “revolucionários” entendiam a questão democrática sob um mesmo ângulo. [...] a democracia era entendida na base de uma dada regulamentação – nos limites dos enunciados liberais – como expressão de um sujeito universal, o povo que definiria os representantes para o exercício do seu governo. [...] o problema da democracia colocado nos pressupostos liberais exigia, fundamentalmente, uma nova correlação entre o público e o privado, [...] Embora essa continua reordenação no interior das próprias premissas do liberalismo tenha sido a tônica de toda a empresa teórica e prática da classe dominante no Brasil, [...] essa regulamentação se viu comprimida no âmbito da luta de classes. [...] apesar de conceber a democracia como um modelo acabado, esses discursos que tinham no “povo” a sua validação universal [...] (DE DECCA, 2004, p.183-184).

O volume XII, nº 1, de julho, desse periódico, apresenta o termo democracia em dois artigos, da seção “Através de Revistas e Jornais”: “Visita de Professores brasileiros aos Estados Unidos”, escrito pela professora Noemy Silveira, membro da Sociedade de Educação e preparadora do laboratório de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da capital. O termo democracia é destacado pela observação da professora quanto à ocupação, em vários níveis de trabalho, de graduados americanos, mostrando que não há hierarquia profissional, evidenciando-se a “*real democracia*”. Para tanto, os professores devem estar atentos com às “*necessidades da democracia*”.

O que impressiona na educação americana, antes de tudo é o senso de cooperação. [...] A escola primária, como a secundária, está aberta a todos. [...] É comum verem-se diplomados pelas “High Schools” como garçons ou vendedores em grandes armazéns. [...] não há nos Estados Unidos a tradição de que esses graduados devam ocupar altas posições. Não é este, um sinal [...] de que nos Estados Unidos não há hierarquia profissional? Acaso, não é isto democracia real? [...] O objetivo da educação nos Estados Unidos não é a formação do indivíduo segundo um padrão filosófico ou religioso. Ela visa adaptar o indivíduo à vida que ele tem que viver, [...] desde os primeiros dias na escola o americano foi-se habituando a considerar-se elemento significativo no meio social, porque se lhe respeitou a personalidade. Tudo isso obra profunda de educação. Aliás a educação é a cogitação máxima do americano. [...] as necessidades da democracia são necessidades de professores [...] E o professor não pode ser indivíduo estático. Tem que adquirir espírito científico que o habilitará a compreender as mudanças do ambiente social e as necessidades do educando (SILVEIRA, 1930, p.153-154).

Como se pode perceber, fazia-se necessária a educação de massas para atender ao crescente processo de industrialização e urbanização. A educação das massas passou a ser tratada como um objeto próprio de estudo científico, que concorria para a manutenção de uma identidade nacional (SILVA, 2007).

Assim, o discurso sobre a “democracia real” instaurava-se, criando o próprio objeto a partir do discurso anunciado; o objeto ganha vida inseparável do próprio discurso (SILVA, 2007). Com tal característica, o ideário democrático se firmava.

O segundo artigo desse volume do periódico, intitulado “Pelo Ensino”, escrito pelo professor Dr. Lucio dos Santos, apresentado em conferência na sede da Associação Universitária Mineira, faz a seguinte observação sobre a organização universitária dos Estados Unidos:

A universidade tem como aspiração suprema servir a nação, preparando homens dotados de honestidade intelectual e independência de caracter. A verdadeira democracia, disse Pasteur, é aquella que permite a cada individuo desenvolver o máximo do seu esforço. A isso deve conduzir a universidade (SANTOS, 1930, p.310).

Nota-se, em ambos artigos, que o termo democracia é manifestado como um modo de vida. Nesse sentido, a concepção democrática da educação adquire novas identidades; mudanças no espírito, no material e no método da educação operavam diversos tipos de organização social.

Dizer que a educação é uma função social que assegura a direcção e o desenvolvimento dos immaturos, por meio de sua participação na vida da comunidade a que pertencem, equivale, com effeito, a affirmar que a educação variará de accordo com a qualidade da vida que predominar no grupo. É particularmente verdade o facto de que uma sociedade que, não sómente muda, mas que, tambem, para estimulal-a, faz da mudança um ideal, terá normas e methodos educativos differentes dos de outra que aspire meramente á perpetuação de seus proprios costumes. Para tornar as idéas geraes estabelecidas applicáveis á nossa peculiar pratica educacional, é preciso, por consequência, tratarmos mais detidamente da natureza da presente vida social (DEWEY, 1936, p.111).

Assim, em plena “Revolução” a sociedade exigia mudanças, e a revista *Educação* também a sugeria. A partir de outubro de 1930, esse periódico passa a se intitular *Escola Nova* explorando em seus volumes, a partir de então, sobretudo, o movimento Escolanovista, os programas escolares, os testes e a reforma escolar.

Anísio Teixeira, então professor de Filosofia da Educação, da Escola Normal da Bahia, no primeiro volume da revista *Escola Nova*, incitava reflexões necessárias para as

ideias renovadoras que tentavam estabelecer-se, partindo de elucidações que perpassavam pelas transformações históricas e sociais, e afirmava que somente a educação poderia resolver os problemas sociais, advindos dessas grandes transformações. Segundo esse autor, a grande tendência do mundo contemporâneo seria a tendência democrática.

[...] Democracia é essencialmente esse modo de vida social em que “cada individuo conta como uma pessoa”. O respeito pela personalidade humana é a idéia mais profunda dessa grande corrente moderna.

É curioso notar que de todas as correntes modernas, essa de “respeito pelos homens ou democracia” é a que mais de longe se filia á sciencia. Não falta quem diga que antes a ella se oppõe. Mas, democracia é acima de tudo *um modo de vida*, uma expressão ethica da vida, e tudo leva a crêr que o homem nunca se encontrará satisfeito com nenhuma forma de vida social, que negue essencialmente a democracia.

Dois deveres se desprendem dessa tendência moderna e se reflectem profundamente em educação: o homem deve ser capaz, economicamente e individualmente e o homem deve se sentir responsável pelo bem social. Personalidade e cooperação são os dois polos dessa nova formação humana que a democracia exige (TEIXEIRA, 1930, p.13-14).

Anísio Teixeira empregava a noção de liberdade como a capacidade de se orientar por uma “*autoridade interna*”; assim, esse novo ser humano não poderia ser formado de maneira estática.

Primeiro, a escola deve prover oportunidade para a pratica da democracia: - o regime social em que cada individuo conta plenamente como uma pessoa. Democracia na escola importa em democracia para o mestre e democracia para o alumno, - isto é: um regime que procure dar ao mestre e aos alumnos o maximo de direcção propria e de participação nas responsabilidades de sua vida commum.

Segundo, como democracia é acima de tudo o modo moral de vida do homem moderno, a sua ethica social, a criança deve ganhar atravez da escola, esse sentido de independencia e direcção, que lhe permita viver com outros com a maxima tolerancia, sem entretanto perder a sua personalidade (TEIXEIRA, 1930, p.18).

A escola não seria a “*salvadora*”; no entanto, poderia oferecer “*métodos e juízo*”, levando para a juventude o “*sentido de responsabilidade social*”:

Em democracia não há sinão uma tendência fixa: a busca do maior bem do homem. Como tal ella é essencialmente progressiva e livre e para o exercício dessa fôrma social progressiva e livre precisam-se de homens conscientes, informados e capazes de resolverem o seus próprios problemas (TEIXEIRA, 1930, p.18-19).

Assim, nesse contexto social-liberal a escola se insere, não mais para instruir, docilizar, transmitir um passado fixo e claro, mas para educar, libertar, preparar para um futuro incerto e desconhecido, para se viver com mais inteligência e tolerância:

Na reorganização democrática das escolas, a um e outros temos que dar independência. Educar é uma arte tão alta que não pode subordinar aos métodos de imposição das simples tarefas mecânicas. Mestres e alunos trabalharão em liberdade e à luz do que o filósofo e cientista esclarecerem sobre a profissão dos primeiros e o labor dos últimos” (TEIXEIRA, 1930, p.26).

Na constante busca de validação na apropriação do discurso escolanovista pela comunidade educativa paulista, a revista *Escola Nova* apresenta o artigo “A Reconstrução do Programma Escolar”, de Anísio Teixeira. Nesse artigo o autor esclarece sobre a necessidade de reconstrução do programa escolar em razão das novas exigências sociais, como podemos notar:

[...] a escola é a agência social específica de preparação das crianças para a sua plena participação na vida social.

A educação é o processo por que a vida social se transmite e se perpetua.

De sorte que entre a sociedade e a escola deve haver uma contínua e incessante comunicação a fim de permitir um perfeito ajustamento e equilíbrio. [...] os movimentos educativos devem refletir as mudanças sociais.

Assim, a grande discussão em torno do programma não intenta somente adaptá-lo à criança, cujas leis de crescimento e desenvolvimento a ciência vem revelando, mas adaptá-lo, de outra parte, à moderna sociedade americana.

A sociedade americana moderna é o resultado da mais extensa experiência democrática contemporânea e de uma revolução industrial que fez estalar todas as bases sociais estáticas do passado (TEIXEIRA, 1930, p.86-87).

O ideal educativo se transformava de uma mentalidade fixa para uma mentalidade dinâmica, com o sentido social da educação.

A sociedade democrática é uma sociedade em permanente desenvolvimento, em permanente revisão dos seus *standards*; em permanente progresso. Qualquer escola cujos ideais fossem estáticos, a aquisição de certas formas de cultura ou de certas habilidades fixas, - falharia ao preceito fundamental de coincidir com a sociedade de que ela deve ser o reflexo. A escola, como a sociedade, deve manter o espírito de inquérito constante, de permanente hospitalidade a novos standards, de *sympathia* e cooperação com as mudanças e os progressos. A sociedade democrática é uma sociedade em indefinido estado de reconstrução.

Também a escola deve ser uma agência em contínua atitude reorganizadora, correlativa àquela estado.

Assim, o conceito social de educação significa que, cuide a escola, de interesses vocacionais ou interesses especiais de qualquer sorte, ela não será educativa se não utilizar esses interesses como meios para a participação em todos os interesses da sociedade (TEIXEIRA, 1930, p.88).

Na escola, para Anísio Teixeira, as transformações sociais se processariam e o ideal democrático se estabelecería por meio de consenso.

[...] Alem disso, como apontamos, a escola, em si mesma, será uma agencia dessa continua transformação social que constitue o processo democratico. Ella não será o que sempre foi, uma agencia para fornecimento de crenças, ideaes e conhecimentos fixos e herdados das experiencias anteriores, mais uma agencia de inquerito e reconstrucção social. Só assim o seu conteúdo coincidirá com o conteúdo da sociedade democratica; só assim, ao invés de tornar as mudanças sociaes difficeis, ella collaborará na propria revisão social constante, que é a essencia da democracia (TEIXEIRA, 1930, p.89).

NUNES (2000, p. 170) afirma que a concepção anisiana de educação seria aquela que libertasse, num processo progressivo, a capacidade individual para fins sociais, o que só um regime democrático poderia construir.

Os escritos de Fernando de Azevedo, igualmente, segundo Camara (2011, p. 186), evidenciavam a convicção de que a educação poderia adequar as classes populares a uma nova lógica de sociedade, em que se elevaria o espírito democrático.

[...]Todo individuo, numa democracia social, deve ter uma base de educação comum para diversificações ulteriores. O Estado dá, no systema de educação, um ponto de partida commum para todos, mais ou menos extenso (5, 7 ou 9 annos) conforme as condições sociaes e econômicas do meio. É o principio da escola única (principio democratico) incluído na reforma. A escola unica, isto é, a escola constituída por todos os elementos da sociedade, é a base da educação, numa democracia social. Mas, como o Estado, para formação e desenvolvimento do espirito da democracia, tem interesse publico nessa “educação inicial uniforme”, obriga todos [...] a uma “formação inicial commum”, e, como não pôde obrigar, taxando o ensino (instituido como base commum), torna-o accessivel a todos, pela gratuidade. A educação inicial deve ser uma para todos (unica), obrigatoria e gratuita (AZEVEDO, 1930, p.200).

Considerando a efervescência política do ano de 1930, fica plausível a ocupação do ideário democrático no debate pedagógico dos educadores de então. Os periódicos aqui analisados retratam o contexto no qual os entusiastas desse ideário, e de uma educação renovadora, tornaram-se dominantes no cenário do ensino público paulista.

3 - Ano de 1931

Nesse ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo seu primeiro ministro o escolanovista mineiro Francisco Campos. Também foi instituído o Conselho Nacional de Educação, que seria um órgão consultivo com a finalidade de assessoramento na administração e na direção da educação nacional. Com isso, os fins educativos passaram a ser os planos de administrar e racionalizar a educação escolar como um campo previsível, controlável e planejador de novas subjetividades (MATE, 2011, p. 287).

Nessa nova fase, Lourenço Filho abriu o volume III, nº 1-2, da revista *Escola Nova*, com o tema “Orientação Profissional”, relatando que a “escola tradicional” voltava-se para determinadas classes sociais, servindo-a e perpetuando-a:

Á escola cabe, hoje, a funcção muito mais ampla e profunda [...] fazer a todos, pobres e ricos, homens e mulheres, cidadãos letrados [...] A escola de nosso tempo precisa reflectir as condições geraes de collectividade, concorrendo, por todos os meios ao seu alcance, para a harmonia e equilibrio sociaes.

Escola-nova não será aquella escola que arremede processos, que substitua uma rotina velha por uma rotina nova, mas aquella em que vibre, antes de tudo, um espirito novo de intenção social, de preocupação pelo destino da creança, tanto em á relação á creança, como individuo, como em relação ás necessidades e possibilidades economicas do meio em que ella deva viver (LOURENÇO FILHO, 1931, p.4-5).

Em seguida está o artigo de Noemy Silveira, “A orientação profissional nos Estados Unidos”; na realidade tratava-se de um relatório que foi apresentado à Associação Brasileira de Educação, em maio de 1930, mostrando o papel que a orientação profissional ocupava no sistema educacional americano.

Todo o esforço da Orientação Profissional nos Estados Unidos se faz para conhecer o individuo, sua intelligencia, suas capacidades especiaes, sua compreensão do trabalho, seu temperamento, caracter, seus interesses e sua situação social e economica. Em vista dessas diferenças individuaes, então, dar oportunidade para todos, o que torna necessario tratamento diferente para cada um. Não egualdade de oportunidade, pois que isto seria impossível numa nação democratica. Pois se assim fosse, a democracia seria incompativel com as diferenças individuaes, e, quer uma, quer outra desapareceria. Democracia é a equidade de oportunaidade (SILVEIRA, 1931, p.14).

[...]” se o princípio democrático da educação americana determina que compete ao individuo a orientar a escolha da profissão, é preciso que elle tenha conhecimento dessa profissão, mas, sobretudo, de si mesmo, das suas qualidades individuaes” (SILVEIRA, 1931, p.25).

[...] o individuo que tem o direito de decidir por si só, senão em inteiro conhecimento de causa, pelo menos na medida das possibilidades, com conhecimento determinado pelo estudo das profissões e analyse de si mesmo. Isto é racional. É coerente com o princípio básico de uma comunidade democrática” (SILVEIRA, 1931, p.37).

No artigo “Orientação do Trabalho Manual Vocacional nas Escolas Publicas” do professor Aprigio Gonzaga, assistente técnico do ensino profissional e vocacional, percebe-se a intencionalidade de inculcar e “espalhar” hábitos de trabalho, como dever das democracias.

A phase social que atravessa nosso Estado, e todo o paiz, esta reclamando meios novos de acção no largo campo da formação moral e social da juventude. Ate agora, durante os quarenta e tantos annos de republica, seguiu a escola publica um programma literário em que se buscava, antes de mais

nada, encher o cérebro dos alumnos de noções theoricas, vagas, ou, quando não, despidas de immediata praticabilidade utilitária e social”.

“O habito de trabalho, o exercicio de uma profissão manual, foi o caminho que seguiram e ainda seguem grandes povos e é premente dever das democracias: espalhar o trabalho manual vocacional “larga manu”, desde a grande escola da cidade, da mais elevada e culta cidade, ate os villarejos e os povos espalhados pelos rincões das serras, nos campos, e lagamares do litoral” (GONZAGA, 1931, p.95).

Lourenço Filho, a partir de novembro de 1931, deixou de ocupar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, que foi assumido por Sud Mennucci, e a Revista *Escola Nova* voltou a ser intitulada *Educação*. Nota-se, a partir de então, um distanciamento das ideias renovadoras, fator que deflagrou as disputas entre os grupos que defendiam um projeto de educação.

A revista *Educação*, em seu volume V, na seção “Através de Revistas e Jornaes”, traz um artigo que chama a atenção: “As grandes diretrizes da educação popular”, redigido por Leoni Kasseff, que foi membro da Academia de Ciência de Educação, assistente técnico da Universidade do Rio de Janeiro, professor catedrático no Liceu Normal de Niterói e relator do tema geral da IV Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931. Primeiramente publicado no “Jornal do Commercio”, o escrito apresenta menção à Associação Brasileira de Educação e aos debates em torno das grandes diretrizes da educação popular. No entanto, nota-se que as referências apresentadas se direcionam ao pensamento renovador até então defendido:

Que se dê ao Brasil a escola integral, para todas as classes, a escola unificada, mas a “duas dimensões”, isto é, não apenas um certo nível commum de instrucção, não simplesmente uma instrucção igual para todos, num sentido horizontal, como também numa direção vertical: a mesma educação completa, para todas as capacidades, sem se attender a condições quaesquer, sejam de ordem economica, sejam de ordem social.

A democracia é essencialmente um regime de igualdade. Mas um regime onde se trate não de tornar iguaes todos os homens, senão de conceder-lhes direitos iguaes, bem como proporcionar-lhes iguaes possibilidades para exercerem esses direitos. A igualdade, numa democracia, deve necessariamente affirmar-se no sentido de tornar possível, a cada individuo, a plenitude de si mesmo, pelo livre e consentâneo desenvolvimento de todos os seus poderes de espirito e do corpo, de suas aptidões moraes, intellectuaes e physicas, até ao máximo de eficiencia de que sejam susceptíveis. O Estado, póde dizer-se, é democrático na proporção em que realiza esse preceito, na medida em que estende, aos cidadãos sob a sua tutela, os beneficios de uma formação adequada e integral. E uma democracia perfeita é somente aquella que distribue “por todas as classes da sociedade, segundo as aptidões e necessidades de cada qual, o alimento da intelligência”. [...] A democracia tem necessidade de aproveitar integralmente as suas fontes de riqueza espiritual e grandeza material [...]

A escola pública só será uma instituição completa da democracia, no dia em que, cessando o iníquo privilegio de uma instrução exclusivamente adaptada às conveniências dos médiocres e nos seus graus secundários e superior acessível aos descendentes de plutocratas ou burguezes, permitir a todos os filhos do povo o ensino em seus vários ramos e graus, qualitativa e quantitativamente apropriado às necessidades de cada qual.

Não se compreende, com efeito, como possa, numa democracia haver diversidade de graus de ensino, de uma para outra classe social.

[...] À vista dessa realidade pungente, que fica sendo a democracia?

A verdadeira democracia é o governo do povo por uma aristocracia sahada do mesmo povo. Não basta que a democracia seja governada por uma “elite”, muito embora se trate de uma “elite” intelectual, por quanto poderiam constitui-la elementos sahdos unicamente das classes abastadas da sociedade; é essencialmente que na “elite” diretora de uma nação estejam representadas todas as classes sociaes (KASSEFF, 1931, p.135-137).

O projeto pedagógico defendido pelos reformadores deixou marcas que resistiriam a críticas. Teorias civilizatórias, normatizadoras e racionalizadas imprimiram um modo de funcionamento escolar que ficaria historicamente na mentalidade educativa, firmando um ideal democrático que transpassaria o olhar cívico para um modo de vida em consenso.

Assim, buscamos o pensamento de Renato Lessa (2010) para o entendimento do ideário construído em 1931:

Na verdade, o que hoje definimos como “democracia” só foi possível em sociedades de tipo capitalista, mas não necessariamente de livre mercado. De modo geral, a democratização das sociedades impõe limites ao mercado, assim como desigualdades sociais em geral não contribuem para a fixação de uma tradição democrática. Penso que temos de refletir um pouco a respeito do que significa “democracia”. Para mim, não se trata de um regime com características fixas, mas de um processo que, apesar de constituir formas institucionais, não se esgota nelas. É tempo de voltar a Espinosa e imaginar a democracia como uma potencialidade do social que, se de um lado exige a criação de formas e de configurações legais e institucionais, por outro não se pode parar. A democratização no século 20 não se limitou à extensão de direitos políticos e civis. O tema da igualdade atravessou, com maior ou menor força, as chamadas sociedades ocidentais. Em outros termos, o socialismo foi – e deverá ser, sustento eu – uma força fundamental na democratização de sociedades que, embora não socialistas no sentido expresso nas cartilhas, acabaram por adotar valores, instituições e políticas de solidariedade e de equidade social. O estado social dos anos 1950 a 1970 resulta dessa incorporação de perspectivas igualitárias. Gosto de dizer que em vários países ocorreu um “efeito esquerda” e, se não tomou o Palácio de Inverno, introduziu limites ao mercado e fixou em nosso mapa civilizatório o caráter inegociável da igualdade como valor.

4 - Considerações finais

Com a análise dos periódicos examinados procuramos entender o ideário democrático que se estabeleceu no início dos anos 1930 e que possivelmente veio a impregnar o processo de democratização do ensino brasileiro na atualidade. Para tanto, partimos para a elucidação do processo histórico que envolveu esses periódicos, apoiadas nos estudos de Antônio Nóvoa (2002, p.15), que afirma: “Já não se trata de reconstruir as ideias dos pensadores do passado, mas antes de as interrogar a partir de um diálogo com o presente e de compreender as funções que desempenham como linguagens de poder.”

As disputas observadas traçam o cenário de ideais bi polarizados entre os personagens do meio educacional. Permeado de justiça social e direitos individuais, por vezes contraditórios, o ideal democrático envolve a sociedade capitalista, criando a perfeita simbiose entre valores igualitários e valores estabelecidos para o mercado. Viver democraticamente significa usufruir de liberdades individuais, direitos políticos e sociais.

Assim, a democratização do ensino se efetivou para todos. Porém, a qualidade do ensino que foi democratizado não chegou a todos os segmentos sociais. Em razão disso, acreditamos que o real sentido da palavra democracia somente se inserirá no contexto escolar quando a escola básica de qualidade se estender a todos os cidadãos e cidadãs.

5 - Referências

AZEVEDO, Fernando. Programmas das Escolas do Districto Federal. **Revista Escola Nova**, volume I, out.-dez., 1930.

BASTOS, M.H.C. Apêndice. A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. in CATANI, D. e BASTOS, M.H.C. (org.) **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo, Escrituras, 2002.

CAMARA, S. A Reforma Fernando de Azevedo e as Colmeias Laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: MIGUEL, M. E. B. VIDAL, D. G. ARAUJO, J. C. S. (orgs) **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

CASPARD, P., CASPARD, P. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários (1815-1939). In CATANI, D. e BASTOS, M.H.C. (org.) **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, D. e BASTOS, M.H.C. (org.) **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CUNHA, M.V. **A Educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje**. Campinas: Mercado das Letras, 1995

DE DECCA, E. S. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEWEY, J. **Democracia e Educação: breve tratado de Philosophia de Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GONZAGA, A. Orientação do Trabalho Manual Vocacional nas Escolas Publicas. **Revista Escola Nova**, volume III, nº 1-2 mai.-jun., 1931.

KASSEFF, L. As grandes diretrizes da educação popular. **Revista Educação**, volume V, out-nov.-dez., 1931.

LESSA, Renato. Democracia em Debate. **Revista Cult**, Edição 137. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/democracia-em-debate/>

LOURENÇO FILHO. M.B. Orientação profissional. **Revista Escola Nova**, volume III, mai.-jun., 1931.

MATE, C. H. Lourenço Filho e a Reforma de 1931 (SP): o governo de professores... e de alunos. in MIGUEL, M. E. B. VIDAL, D. G. ARAUJO, J. C. S. (orgs) **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

MENNUCCI, S. A Escola Paulista IV. **Revista Educação**, volume XI, nº 2, mai., 1930.

NERY, A. C. B. **A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)**. São Paulo: UNESP, 2009.

NÓVOA, A. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. in CATANI, D. e BASTOS, M.H.C. (org.) **Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

SANTOS, L. dos. Pelo Ensino. **Revista Educação**, volume XII, jul., 1930.

SILVA, Tomaz de T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVEIRA, N. Visita de Professores brasileiros aos Estados Unidos. **Revista Educação**, volume XII, nº 1, jul., 1930.

_____ A orientação profissional nos Estados Unidos. **Revista Escola Nova**, volume III, nº 1-2 mai.-jun., 1931.

TEIXEIRA, A. Por que “Escola Nova”? **Revista Escola Nova**, volume I, out.-dez., 1930.

_____ A Reconstrução do Programma Escolar. **Revista Escola Nova**, volume I, out.-dez., 1930.

VILLELA, J. S. Sete de Setembro, **Revista Educação**, volume X, jan., 1930.